

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR**

Mysllene Gomes do Nascimento  
Tamara Cecília Rangel Gomes  
Crisóstomo Lima do Nascimento

### **RESUMO**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), é um campo de suma importância para promover a inclusão e a equidade educacional. Ao abordar o tema de lugar de fala do professor da EJA, reconhecemos a necessidade de dar a voz ao professor, que é cercado por diversos desafios, dentre eles a formação continuada que contribui para novas práticas de ensino, onde o mesmo possa oferecer aos seus alunos adultos um espaço com diálogos inclusivos, trocando experiências, aspirações, desejos e histórias, tornando a sala de aula um espaço que contribua para uma educação significativa. Com a formação continuada do professor da EJA, busca-se delinear suas necessidades em seu campo de atuação, podendo-se afirmar que o educador da EJA precisa de formação em EJA, melhorando a sua prática e a sua trajetória profissional. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, cujos dados foram coletados de livros, artigos e leis. Apesar de todos os avanços, os desafios continuam, o desejo de uma educação inclusiva e de qualidade deve ocupar os espaços públicos com o objetivo de construir ou consolidar propostas para a formação continuada do professor da EJA. Para a confecção de desse trabalho nos baseamos nos estudos de Paulo Freire (1996) com Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire (2013) com Pedagogia do Oprimido e Djamila Ribeiro (2019) com Lugar de fala. O presente trabalho nos possibilita a constatar que existe a necessidade de melhor formação docente em relação a Educação de Jovens e Adultos, sendo realmente necessário assegurar que a EJA deve ter uma escuta de todos: governantes com políticas públicas integradas para essa modalidade de ensino, escolas que elaborem projetos que se adequem a esse público-alvo, currículo contextualizado, cursos de aperfeiçoamento, seminários, entre outros, onde o conhecimento docente poderá ser ampliado rumo ao processo de reflexão para a mudança da prática docente.

**Palavras-chave:** Professor, EJA, Formação Continuada

1

---

<sup>1</sup>Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF – RJ, mysllenegomes@gmail.com

<sup>2</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF – RJ, tamaracrangelgomes@gmail.com

<sup>4</sup>Professor Orientador: Pós-Doutor em Ciências da Religião- PUC Campinas, Titular da Universidade Federal Fluminense – RJ

## INTRODUÇÃO

O trabalho do profissional docente que atua com a Educação de Jovens e Adultos é cercado por diversos desafios, faz-se necessária a constante formação continuada desses professores com práticas inclusivas em sala de aula que possam oferecer aos alunos êxito em seu processo de construção do conhecimento, uma vez que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria construção. É essencial a instituição de políticas públicas voltada para essa modalidade de ensino, pois apesar das dificuldades, os professores desejam um processo formativo que forneça condições para melhorar a sua prática e trajetória profissional. Portanto, a formação continuada se apresenta com um dos caminhos para o sucesso da Educação de Jovens e Adultos - EJA, pois por meio de cursos de capacitação, aperfeiçoamento, seminários, entre outros, o conhecimento docente poderá ser ampliado rumo ao processo de reflexão em relação a sua prática docente. A metodologia utilizada neste trabalho foi a revisão bibliográfica cujos dados foram coletados de livros, artigos e leis. É importante ressaltar que com o uso de práticas inclusivas, metodologias ativas, abordagens interdisciplinares e contextualizadas, o educando terá um ensino de qualidade com melhores práticas de ensino.

Ao pensarmos na formação continuada de professores para atuação no âmbito da EJA, refletimos sobre a possibilidade de uma prática pedagógica efetivada no marco da Educação em Direitos humanos, pois apesar dos avanços nas legislações, existe uma grande distância entre os direitos positivados e a realidade concreta. Existe, portanto, no imaginário da sociedade brasileira, inúmeros conceitos que se cristalizaram a partir das experiências do Mobral e Ensino Supletivo, como por exemplo, a ideia de que o estudante jovem e adulto que volta à escola tem pressa, e por isso precisa de um curso “rápido e fácil”, para receber sua certificação. Essas duas experiências educacionais marcaram profundamente o atendimento educacional aos jovens e adultos, em seu aspecto negativo. A Lei 5379, de 1967 que criou o Mobral, e a Lei 5692, de 1971, que oficializou o ensino

---

supletivo, ambas no período da ditadura militar, tiveram grande influência na EJA, deixando um estigma difícil de ser superado, da oferta compensatória e aligeirada de escolarização. Na Constituição Federal de 1988 cabe destacar o artigo 208, que retrata a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para todas as idades, à progressiva universalização do ensino médio e ao ensino noturno adequado as condições dos alunos, sendo pautas para o campo da EJA, no Fórum em defesa da Escola Pública, articulando com o de elaboração da nova LDB, com a tentativa de superar as marcas negativas que resultaram dos baixos resultados do Mobral e do Ensino Supletivo.

A Formação continuada permite que os educadores contextualizem os seus conteúdos e metodologias de ensino, fazendo uma relação do conteúdo com a realidade e os interesses dos alunos, ao compreender as vivências e os desafios dos mesmos, os professores podem criar um ambiente de aprendizagem mais significativo e motivador. Grande parte dos alunos da EJA enfrentam dificuldades de aprendizagem e sociais que exigem do professor um acompanhamento individualizado e estratégias pedagógicas diferenciadas e com a formação continuada os professores passam a ter as ferramentas necessárias para lidar com essas dificuldades e promovendo a inclusão de todos os alunos. Pode-se perceber também que a formação continuada contribui para a motivação e o engajamento dos professores, pois incentiva-os a buscar novas formas de ensinar e aprender, sentindo-se valorizados e apoiados, os professores se tornam mais comprometidos com seu compromisso com a profissão e com o sucesso de seus alunos.

Sabe-se que a educação é um campo em constante transformação, e a formação continuada permite que os professores se mantenham contextualizados sobre as novas tendências pedagógicas, tecnologias educacionais e as políticas públicas para a educação.

Este artigo tem como objetivos estimular a reflexão crítica sobre a própria prática docente, a fim de identificar pontos fortes, fracos e oportunidades de melhoria, fortalecer a identidade profissional dos professores da EJA, valorizando suas experiências e contribuições para a educação, incentivar a busca por novas formas de ensinar e aprender, utilizando recursos tecnológicos e metodologias ativas.

É necessário avançar na melhoria da qualidade do ensino da EJA, e a formação continuada é um investimento fundamental para a melhoria de qualidade dessa modalidade de ensino, ao proporcionar aos professores as ferramentas e conhecimentos necessários

para atender as necessidades dos alunos contribuindo para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e eficaz.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, cujos dados foram coletados de livros, artigos e leis. Sendo também uma pesquisa ação, analisar as unidades escolares do Município de Campos dos Goytacazes - RJ que possuem a modalidade EJA e por meio de um questionário aplicado aos docentes, verificar quais são as suas principais angústias, questionamentos, principais demandas e desafios.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

De acordo com a LDB no Título III Do direito à Educação e do Dever de Educar , no artigo 4º é dever do estado garantir a educação pública como observado, nos § IV, VI e VII, fala a respeito da modalidade EJA

“Art. 4 §IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não concluíram na idade própria;

VI – oferta do ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta também a educação regular para jovens e adultos com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996, pág. 10).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo de extrema importância para promover a inclusão e a equidade educacional, para que se tenha uma educação de qualidade é necessário um processo de adição de novos conhecimentos que ampliam o

desempenho do professor que está em sala de aula, o que por sua vez promove a qualificação adequada aos educandos desta modalidade de ensino.

Segundo Paulo Freire (1996, p.135), o professor deve assumir o papel de motivar, desafiar quem o escuta, para que o educando possa dizer, falar e responder, sendo inadmissível que se comporte de forma autoritária como se fosse proprietário da verdade, do conhecimento e do tempo para poder discorrer sobre ele. Para este professor, o autoritário, o aluno está enquanto ouvinte apenas, e não é dono do seu tempo, tempo de fala. Ainda, Freire (2020, p. 117) diz que “ao contrário, o espaço do educador democrático, que aprende a falar escutando, é *cortado* pelo silêncio intermitente de quem, falando, cala para escutar a quem *silencioso* e não *silenciado* fala”.

É fundamental a importância do silêncio no espaço da comunicação, ao escutar como sujeito e não como objeto, em relação a fala comunicante do aluno o professor deve entrar no movimento interno de seu pensamento, aguçando a linguagem, tornando possível a quem fala escutar as dúvidas e angústias de quem escutou.

Para Byung Chul Han (2022), “o escutar não é um ato passivo. Uma atividade especial o caracteriza. Eu tenho, primeiramente, de dar boas-vindas ao outro; ou seja, afirmar o outro em sua alteridade. Então, eu o presenteio com a escuta. O escutar é um dar, um dom. Só ele traz o outro primeiramente à fala”.

Para Patrícia Hill Collins, (1997, citado por Ribeiro, 2019), a validação do discurso absoluto é válida quando o oprimido só pode se identificar com a fala do opressor e assim “nunca serem capazes de pensar as próprias condições de opressão a que são submetidos. Igualmente significaria a impossibilidade de pensar alguma interpretação válida independente que refute o discurso colonial”.

Portanto, o que antecede a fala é a escuta, e por muitas vezes esta escuta traz o outro a fala, e esta fala pode libertar o outro de suas inquietudes, ocorrendo o diálogo, e nessa educação dialógica existe a necessidade de amor, sendo o amor um ato de coragem e compromisso com os homens, libertando-os da opressão, onde essa comunicação possa provocar um clima de confiança entre seus sujeitos, trazendo um pensar crítico e verdadeiro. A escuta vai além da possibilidade auditiva de cada um, consiste na flexibilidade permanente por parte de quem escuta para que assim permite o espaço à fala do outro. O bom escutador fala e diz suas opiniões com desenvoltura, aceitando e

respeitando as diferenças, e isto, por sua vez, não implica que esta escuta exija de quem realmente escuta sua redução ao que o outro fala.

Faz-se necessário analisar que a quebra do silêncio deve ser realizada e os professores devem nutrir-se de palavras verdadeiras pois, não é no silêncio que os homens se fazem mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão de hábitos e pensamentos para que seja realizada de forma serena e gradativa as quebras de paradigmas que na maioria das vezes estão enraizadas de uma forma bruta e severa.

Paulo Freire (1996) nos diz que o educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele.

Ainda de acordo com Freire (1996), no processo da fala e da escuta a disciplina do silêncio a ser assumido é um “sine qua” da comunicação dialógica. O primeiro sinal de que o sujeito que fala sabe escutar é a demonstração de sua capacidade de controlar não só a necessidade de dizer a sua palavra, que é um direito, mas também o gosto pessoal, profundamente respeitável, de expressá-la. Quem tem o que dizer tem igualmente o direito e o dever de dizê-lo, quem tem o que dizer tem o dever de motivar, de desafiar quem escuta, no sentido de que, quem escuta diga, fale responda. É intolerável o direito que se dá a si mesmo o educador autoritário de comportar-se como o proprietário da verdade de que se apossa e do tempo para discorrer sobre ela. Para ele, quem escuta sequer tem tempo próprio, pois o tempo de quem escuta é o seu, o tempo de sua fala. Sua fala, por isso mesmo, se dá num espaço silenciado e não num espaço com ou em silêncio. Ao contrário, o espaço do educador democrático, que aprende a falar escutando, é cortado pelo silêncio intermitente de quem, falando, cala para a escutar a quem, falando cala para escutar a quem, silencioso, e não silenciado, fala.

É de grande importância o silêncio no espaço da comunicação, sendo fundamental, de um lado a escuta como sujeito e não como objeto, a fala comunicante de alguém, deve-se procurar entrar no movimento interno de seu pensamento, virando linguagem, de outra forma, torna-se possível a quem fala, realmente comprometido com comunicar e não fazer puros comunicados, escutar a indagação, a dúvida, e até mesmo o seu silêncio.

Paulo Freire (1996) ainda nos diz que o escutar é obviamente algo que vai além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro,

ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isto não quer dizer evidentemente que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isso não seria escuta, mas autoanulação. Ao escutar bem, o sujeito se se prepara para melhor se colocar, ou melhor se situar do ponto de vista das ideias, como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz de sua posição discordante, em sendo afirmativa, porque escuta jamais é autoritária. Não é difícil perceber como há tantas qualidades que a escuta legítima demanda de seu sujeito, qualidades que vão sendo constituídas na prática democrática de escutar.

Se a estrutura do meu pensamento é a única certa, irrepreensível, não posso escutar quem pensa e elabora o seu discurso de outra maneira que não a minha, nem tampouco escuto quem fala ou escreve fora dos padrões da gramática dominante.

Segundo Chul Han (2022), o escutar não é um ato passivo, uma atividade especial o caracteriza, e tenho, primeiramente, de dar boas vindas ao outro, ou sejam afirmar o outro em sua alteridade. Então eu o presenteio com a escuta. O escutar é um presentear, um dar um dom. Só ele traz o outro primeiramente à fala. Ele não segue passivamente o discurso do outro. Em certo sentido o escutar antecede a fala. Só o escutar traz o outro a fala. Eu já escuto antes que o outro fale, ou eu escuto para que o outro fale. O escutar convida o outro a falar, liberta-o em sua alteridade. O escutador é um espaço de ressonância no qual o outro fala livremente. Assim, o escutar pode ser curativo. A arte da escuta se realiza como a arte da respiração. O registro hospitaleiro do outro é um inspirar que, todavia, não incorpora o outro, mas sim acolhe e o protege. O escutador se esvazia, ele se torna ninguém, sua afabilidade consiste nesse vazio. A passividade da paciência é a primeira máxima do escutar, o escutador se se expõem sem reservas ao outro, só o escutar possibilita o outro a falar.

O escutar tem uma dimensão política. Ele é uma ação, participação ativa na existência do outro e também no seu sofrimento. Hoje, ouvimos muito, mas desaprendemos cada vez mais a habilidade de escutar o outro e dar escuta à sua fala, ao seu sofrimento, hoje, cada um está de algum modo sozinho consigo, com seus sofrimentos, com suas angústias, o sofrimento é privatizado, individualizado. Assim, ele se torna um objeto de terapia que tenta curar seu eu. Ocorre a vergonha, o sentimento de culpa por sua fraqueza e insuficiência. O escutar reconcilia, cura e redime.

Segundo Djamila (2019), nos remete a reflexão em relação ao lugar de fala, e questiona: “Quem pode falar?”, “O que acontece quando nós falamos?” e “Sobre o que é nos permitido falar?”. Questionamentos importantes e fundamentais para que se possa entender lugares de fala. Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar? O medo imposto por aqueles que construíram as máscaras serve para impor limites aos que foram silenciados? Falar muitas vezes, implica receber castigos e represálias, e justamente por isso, muitas vezes prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar dobre tudo ou somente o que nos é permitido falar?

Pode-se perceber que Paulo Freire, Djamila Ribeiro e Chul Han, dialogam em relação ao lugar de fala, a importância do escutar, e o professor da EJA deve ter sua escuta valorizada, seus anseios, angústias e medos, assim como ele deve ter essa escuta em relação aos seus alunos, pois o lugar de fala do professor na Educação de Jovens e Adultos é fundamental para a construção de um ambiente de aprendizagem significativo e inclusivo. Ao reconhecer e valorizar as experiências de vida dos seus alunos, o professor da EJA assume um papel central na promoção da igualdade e da justiça social. É notório a diversidade das experiências, onde os alunos da EJA trazem consigo uma rica diversidade de experiências de vida, marcada por diferentes trajetórias, desafios e conhecimentos prévios. Ao reconhecer e valorizar essa diversidade, o professor cria um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e significativo. Ao reconhecer o valor das experiências e saberes dos alunos, a EJA contribui para o empoderamento desses sujeitos, fortalecendo sua autoestima e confiança. Muitos alunos da EJA enfrentam dificuldades de aprendizagem e sociais que podem estar relacionadas às suas experiências de vida. Ao criar um espaço seguro para que eles se expressem, a EJA contribui para a superação dessas barreiras.

Ao conectar os conteúdos escolares com as experiências de vida dos alunos, a aprendizagem se torna mais significativa e relevante. Os conhecimentos adquiridos na escola passam a fazer sentido para os alunos, motivando-os a buscar novos conhecimentos. Ao ouvir as vozes dos alunos, os professores podem construir um currículo mais relevante e significativo, que atenda às necessidades e interesses daquela turma.



## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O professor da EJA pode promover no ambiente escolar diferentes práticas pedagógicas como círculos de conversa promovendo espaços para que os alunos compartilhem suas histórias de vida, projetos interdisciplinares desenvolvendo projetos que permitam aos alunos relacionar os conteúdos escolares com suas vivências, com metodologias que estimulem a participação e a colaboração dos alunos, como a aprendizagem baseada em problemas e os estudos de caso, valorização da oralidade criando oportunidades para que os alunos se expressem oralmente, através de debates, apresentações e rodas de conversa, respeito à diversidade promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo, que valorize a diversidade de culturas, crenças e identidades.

O lugar de fala do professor da EJA é fundamental para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e significativa. Ao reconhecer a diversidade dos alunos, valorizar suas experiências e promover um diálogo aberto e respeitoso, o professor contribui para o desenvolvimento integral de cada um. Para isso é necessário pensar em políticas públicas para ouvir esse docente e realizar ações pensadas e voltadas para essa modalidade de ensino. O questionário será apresentado aos docentes da EJA do Município de Campos dos Goytacazes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa possibilitou constatar que existe a necessidade de melhor formação docente em relação à Educação de Jovens e Adultos. É imprescindível assegurar que a EJA deve ter uma escuta de todos: governantes, com políticas públicas integradas para esta modalidade de ensino; escolas, elaborando projetos que se adequem a este público-alvo, professores, cuja prática pedagógica seja intencionalizada neste sentido, além das práticas pedagógicas o professor deve ser escutado, até mesmo em seu silêncio. Com a formação continuada dos educadores, busca-se delinear suas necessidades em seu campo de atuação, mesmo que individualmente ou em coletivo, os professores buscam os

subsídios possíveis para a formação e desenvolvimento de suas práticas, é extremamente necessário respeitar o trabalho dos educadores, pois se eles se fazem educadores da EJA na maioria das vezes são por suas próprias experiências e práticas, construindo a profissão docente. Pode-se afirmar, que os educadores de EJA precisam de uma formação em EJA, melhorando a sua prática e a sua trajetória profissional. A formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um investimento fundamental para garantir a qualidade do ensino e a aprendizagem significativa dos alunos. Essa modalidade de ensino exige profissionais preparados para lidar com a diversidade de experiências, necessidades e expectativas dos estudantes, o que torna a atualização constante dos conhecimentos e habilidades dos docentes imprescindíveis. A formação continuada permite que os professores contextualizem os conteúdos e as metodologias de ensino, relacionando-os com a realidade e os interesses dos alunos. Ao compreender as vivências e os desafios dos seus alunos, os professores podem criar um ambiente de aprendizagem mais significativo e motivador. Muitos alunos da EJA enfrentam dificuldades de aprendizagem e sociais que exigem do professor um acompanhamento individualizado e estratégias pedagógicas diferenciadas. A formação continuada oferece aos professores as ferramentas necessárias para lidar com essas dificuldades e promover a inclusão de todos os alunos.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – 7. ed. - Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HAN, Byung-Chul. **A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje**; tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala: feminismos plurais/** coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.

